

**A MISSÃO DO MORGADO DE MATEUS
EM MADRID (1801)
UM DERRADEIRO ESFORÇO PARA EVITAR A GUERRA**

António Ventura

Faculdade de Letras de Lisboa
Centro de História da Universidade de Lisboa

Resumo: O artigo estuda a última diligência diplomática promovida pelo governo de Lisboa, em Janeiro-Fevereiro de 1801, com o objectivo de evitar a guerra entre Portugal e Espanha. Dessa difícil missão foi encarregado o Morgado de Mateus, D. José Maria de Sousa. Depois de alguns contactos infrutíferos em Aranjuez com o Secretário do Despacho, D. Pedro Cevallos, com Manuel Godoy e com Luciano Bonaparte, o diplomata regressou a Lisboa sem ter conseguido alterar a disposição belicista das autoridades espanholas e francesas para com Portugal. Publicam-se, no final, as cartas que D. José Maria de Sousa enviou a Luís Pinto de Sousa, Ministro dos Estrangeiros e da Guerra, nas quais relata e comenta em pormenor todas as diligências que empreendeu.

Palavras-chave: Guerra das Laranjas / Morgado de Mateus / História Diplomática / Godoy / José Maria de Sousa

Abstract: This article studies the eleventh-hour diplomatic effort undertaken by the Government in Lisbon, in January and February of 1801, which sought to avoid the war between Portugal and Spain. The difficult mission was entrusted to D. José Maria de Sousa, the *morgado* (eldest male heir) of the Mateus family. Following some unproductive negotiations in Aranjuez with the *Secretário do Despacho*, D. Pedro Cevallos, Manuel Godoy and Luciano Bonaparte, the diplomat returned to Lisbon without having dissuaded the bellicose intentions of the French and Spanish authorities against Portugal. Published here for the first time are the letters that D. José Maria de Sousa directed to Luís Pinto de Sousa, Minister of Foreign Affairs and War, which reveal in detail all of the efforts and attempts undertaken.

Key-words: Orages War / Majorat of Mateus / Diplomatic History / Godoy / José Maria de Sousa

Em meados de 1800 a guerra entre Portugal e Espanha parecia inevitável. Para trás ficavam quatro anos de intensos contactos diplomáticos, de ameaças explícitas ou veladas, de avanços e recuos nas negociações. Bem entendido que os dois Estados peninsulares não estavam sós nesse jogo político e diplomático, ambos eram poderosa e decisivamente condicionados pelos respectivos aliados: a França, no caso espanhol, e a Grã-Bretanha, no português¹.

Enquadramento da Missão

Lisboa procurava conciliar o inconciliável: assinar um tratado de paz com a França, com ou sem mediação espanhola, conservando ao mesmo tempo a aliança inglesa. Depois do falhado tratado de 10 de Agosto de 1797, negociado por António de Araújo de Azevedo, e dos contactos mantidos em Madrid e em Paris por D. Diogo de Noronha – antigo Embaixador em Espanha e futuro Conde de Vila Verde – e por José Manuel Pinto de Sousa, a única possibilidade de evitar uma guerra seria a indicação por Lisboa de um novo Plenipotenciário que estivesse dotado efectivamente de plenos poderes. Portugal sempre utilizava, nas negociações, o expediente de procurar ganhar tempo, à espera que a sorte da guerra mudasse e que a paz geral, obtida, de preferência, após a derrota da França, acabasse por ser benéfica para o nosso país. Por isso, Lisboa utilizava emissários que não tinham plenos poderes, e que nada podiam decidir por si, ou então atrasava as decisões, enviando tudo para a Corte portuguesa, aguardando resposta. Este expediente permitia ganhar tempo mas exasperava as autoridades espanholas e francesas que punham como condição *sine qua non* que o próximo enviado português tivesse plenos poderes.

Lisboa indicou então um novo Plenipotenciário: D. Alexandre de Sousa Holstein (1751-1803), que fora Ministro Plenipotenciário de Portugal em Copenhaga, Berlim e Roma, e Conselheiro de Estado. O governo espanhol mostrou-se profundamente irritado perante esta nomeação, não porque estivessem em causa os predicados de tão ilustre personagem, mas porque D. Alexandre já tinha sido anteriormente indicado como Embaixador em Madrid e liminarmente recusado por ser considerado um indefectível partidário da Inglaterra. A reacção do Primeiro Secretário do Despacho espanhol, D. Mariano Luís Urquijo, foi violenta, em carta de 17 de Agosto de 1800 para o nosso Embaixador em Madrid, Carvalho e Sampaio:

«Propõe-se um Plenipotenciário que venha a Madrid, e pedem-se passaportes para ele. Mas quem é? Uma pessoa conhecida nos Conselhos de Sua Alteza Real e fora deles, como inimigo da paz proposta, e apóstolo da continuação da guerra, como partidário de um sistema funesto que há-de envolver

¹ Sobre os acontecimentos que antecederam a guerra de 1801, v. o nosso estudo *A Guerra das Laranjas. A Perda de Olivença 1796-1801*, Lisboa, Prefácio, 2004, em especial o Capítulo I, «Os Antecedentes da Guerra», pp. 9 a 42.

Portugal na ruína. Sabido que um negociador deve ser um homem imparcial e sem afecções públicas a não ser as do interesse do seu país, que leva consigo o carácter de conciliação e que não se comece a negociar com ela com qualquer precaução. Parece que o gabinete de Lisboa se propôs eleger a pessoa que reunia qualidades mais opostas»².

No entanto, apesar de tanto criticismo, Urquijo dava uma última oportunidade a Portugal:

«que Sua Alteza Real nomeie imediatamente uma pessoa imparcial nas suas opiniões, benquisto, que inspire confiança»³.

O nosso Ministro dos Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, comentava a situação em carta de 26 de Agosto para Diogo de Carvalho e Sampaio, respondendo às objecções acerca de D. Alexandre⁴:

«foi na firme convicção de que não acharia facilmente outro, que com génio mais conciliante, nem com maior propensão para o bem da paz, pudesse tratar com imparcialidade e desinteresse um negócio de tanta importância; e não julgou que as repulsas que lhe foram dadas noutra tempo para residir como Embaixador desta Corte na de Madrid, houvessem de ter a menor influência em uma missão transitória, de que o dito Ministro ia unicamente encarregado. (...) Sua Alteza Real, porém, pondo de parte todo o ressentimento que lhe poderia causar uma semelhante repulsa não merecida, nomearia imediatamente outro negociador para dar a Sua Majestade Católica provas manifestas de uma condescendência ilimitada; porém, acontecendo de novo a ocorrências que vou expor a V. Ex.^a, o Príncipe Regente Nosso Senhor faltaria à boa fé e àquela franqueza com que sempre tem tratado os negócios que lhe dizem respeito, se deixasse de declarar a essa Corte, que pelo último paquete que entrou neste porto, se confirmou na certeza de que se tratava positivamente da paz geral, e que S. M. Britânica tento estava disposto a aceder a ela, que já tinha Ministro pronto para ir tratar do mesmo assunto; comunicando a Corte de Londres não só esta notícia ao gabinete de Lisboa, mas convidando-o expressamente para entrar na mesma paz, até por insinuação dos seus aliados».

No caso de falhar a negociação geral, Luís Pinto de Sousa propunha que fosse nomeado um novo negociador, sugerindo o nome de D. José Maria de Sousa Botelho, que se encontrava de licença em Portugal e era Enviado e Ministro Plenipotenciário junto da Corte da Dinamarca.

«Porém, Sua Alteza Real para dar exuberantes provas da sua condescendência à Corte de Espanha propõe ainda um segundo negociador à sua escolha, e vem a ser o Visconde de Anadia, seu Enviado Extraordinário junto de Sua

² Mariano Urquijo para Diogo de Carvalho e Sampaio, carta de 17-8-1800, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 646.

³ Idem.

⁴ Luís Pinto de Sousa para Diogo de Carvalho e Sampaio, Queluz, 26-8-1800, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fols. 78 v. a 81.

Majestade Prussiana, o qual reúne às suas excelentes qualidades o carácter mais imparcial.

Depois de uma exposição tão amigável e sincera da parte desta Corte, espera Sua Alteza Real igualmente que o Monarca Católico não quererá ensanguentar a cena no momento em que se todas nas balizas da paz; e depositando a mesma confiança no amor que tem manifestado o Primeiro Cônsul da República Francesa pela mesma paz, confia que não quererá frustrar as esperanças e os desejos de todas as Nações e Governos, suscitando-lhe uma nova guerra contra uma Nação que nunca a provocou, e que deseja viver em paz com toda a Europa»⁵.

A resposta de Urquijo não foi satisfatória, recusando todas as propostas portuguesas, persistindo na celebração de uma paz particular debaixo das condições já estabelecidas, ordenando ainda ao Embaixador espanhol em Lisboa, Duque de Frias, que deixasse Lisboa logo que vendesse os móveis de sua casa.

Em carta a Diogo de Carvalho e Sampaio, o Ministro português não escondia o seu desalento:

«só veio a confirmar os princípios há muito tempo manifestos de que o Governo Espanhol, pondo de parte o que se devia à Alta Mediação de Sua Majestade Católica, e ao seu carácter imparcial de Mediador, só pretendia arrastar a Corte de Lisboa a uma paz interessada e indecorosa, obrigando-a por esse modo a faltar a todos os princípios das suas alianças, contra o que por tantas e tão repetidas vezes havia sempre protestado.

(...) V. Ex.^a responderá que Sua Alteza Real invariável nos seus princípios jamais se negou a concluir com a República Francesa uma paz justa, desinteressada e decorosa, e que neles persiste e persistirá constantemente.

...Que é muito contrário à dignidade de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, que se lhe ditem leis peremptórias sobre a escolha dos seus ministros, e que persistindo na que tem feito deve sustentá-la firmemente, negando-se portanto a enviar a V. Ex.^a os plenos poderes requeridos⁶.

Nos primeiros dias de Setembro de 1800 o conflito parecia iminente. As tropas espanholas deslocavam-se em direcção às nossas fronteiras, os generais que as deviam comandar estavam nomeados, os depósitos de víveres constituídos, os hospitais de campanha instalados. O ataque perpetrado a 25 de Agosto por forças inglesas na praia de Domiños, junto a Ferrol, na Galiza, contribuiu para indispor ainda mais o governo espanhol contra Portugal.

Luís Pinto de Sousa ofereceu-se para se deslocar a Madrid pessoalmente e assumir as negociações:

«... sacrificando tudo quanto pode interessar-me na minha idade, tive a honra de me oferecer com gosto a Sua Alteza Real o Senhor Príncipe Regente meu

⁵ Luís Pinto de Sousa para Diogo de Carvalho e Sampaio, Queluz, 26-8-1800, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fols. 78 v. a 81.

⁶ Luís Pinto de Sousa para Diogo de Carvalho e Sampaio, Idem.

amo, para passar pessoalmente a essa Corte, a fim de tratar e conferenciar com V. Ex.^a sobre os importantes negócios que nos ocupam, e para ter a honra de expor pessoalmente a Sua Majestade Católica o estado da presente negociação, a fim de se aplanarem todos os embaraços e de se prosseguir na mesma com aquela inteligência e boa fé que se deve desejar para o bem da paz»⁷.

Urquijo acedeu ao pedido de Diogo de Carvalho no sentido de atrasar o regresso do Duque de Frias, e pediu-lhe que esclarecesse os seguintes pontos:

Se a Corte de Lisboa se achava sinceramente disposta a querer fazer uma paz particular com a República Francesa.

Que, nesse caso, devia expedir imediatamente a ele, Embaixador Diogo de Carvalho e Sampaio, os plenos poderes necessários para passar a Paris, a fim de assinar a dita paz, excluindo todas as mais pessoas que lhe haviam sido propostas.

Finalmente, que esta resposta havia de ser dada no termo peremptório de três dias, contados desde o tempo da recepção do dito ofício em Lisboa.

«(...) De tudo o que fica exposto resulta que este parece ser o último passo da negociação, e que se deve esperar evidentemente uma ruptura certa, e eminente».⁸

Entretanto, o General Bérthier encontrava-se em Espanha e viajou a vários locais, numa digressão preocupante, constando que ia assumir o comando da invasão, mas a verdade é que regressou a França a 27 de Outubro de 1800. A 22 de Setembro já tinham partido os cirurgiões e os médicos para os exércitos da Extremadura e da Galiza. Foram instalados três hospitais com capacidade para seis a oito mil doentes na Estremadura e dois outros hospitais na Galiza, para seis mil.

A 21 de Setembro, o governo espanhol aceitava em princípio a ida de Luís Pinto de Sousa a Madrid para as negociações, mas depois nada mais se adiantou.

Em Outubro, quatro Batalhões de Guardas Espanholas de Barcelona partiram para Ciudad Rodrigo. De diversos pontos de Espanha chegavam notícias de movimentações de homens e material de guerra em direcção a Portugal. Mais uma vez, repetindo o que sempre fizera desde o início das hostilidades com a França, Lisboa solicitou um auxílio urgente de doze mil homens ao General Abercombrie em Gibraltar, com algum sucesso aparente: a 8 de Novembro de 1800 chegavam a Lisboa provenientes daquela praça diversos transportes ingleses com mil e quinhentos soldados e a promessa de que os seus efectivos subiriam para quatro mil. Na capital portuguesa tomaram-se medidas para o recrutamento de mais cinco a seis mil homens em Lisboa. A 14 de Novembro chegaram mais 722 ingleses provenientes de Gibraltar, juntamente com o General Pultney.

⁷ Luís Pinto de Sousa para D. Mariano Luís de Urquijo, Queluz, 9-9-1800, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fols. 90 e 90 v.

⁸ Luís Pinto de Sousa para D. João de Almeida de Melo e Castro, Queluz, 10-9-1800, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fols. 92 v. a 94.

Um factor imponderável fez deter a máquina de guerra espanhola. Em Cádiz declarou-se uma epidemia que atingiu diversas regiões da Andaluzia. Para responder a essa situação excepcional, doze mil homens foram utilizados na formação de um cordão sanitário para impedir o contágio, o que reduziu drasticamente os efectivos do Exército da Extremadura e a sua operacionalidade.

Na Corte espanhola registavam-se algumas novidades: a 1 de Dezembro, Luciano Bonaparte, o novo Embaixador francês, chegava a Madrid, enquanto que Urquijo era exonerado e substituído por D. Pedro Cevallos, o que agradou inicialmente a Carvalho e Sampaio:

«Não duvido que esta notícia lhe [ao Príncipe Regente] será sumamente agradável pelas boas qualidades que aqui se observam no novo provido durante a sua residência nesta Corte»⁹.

Luís Pinto de Sousa apressou-se a saudar o novo Ministro:

«Foi com a maior complacência que recebi neste correio a notícia de que Sua Majestade Católica se tinha dignado premiar os merecimentos de V. Ex.^a, conferindo-lhe o importante emprego de seu Primeiro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros; e eu, que tive nesta Corte a fortuna de apreciar os talentos e mais qualidades de V. Ex.^a, não posso deixar de ir à sua presença cheio de satisfação para lhe oferecer os devidos parabéns, e para lhe atestar ao mesmo tempo os vivos desejos que tenho de me empregar em tudo quanto possa ser do seu serviço e agrado, para o que achará V. Ex.^a sempre pronta a minha fiel obediência e rendimento»¹⁰.

Com estas alterações, que afastaram a iminência da guerra, o governo inglês ordenou a partida do General Pultney e de todas as tropas que com ele tinham vindo de Gibraltar, bem como dos regimentos de cavalaria, apenas ficando em Portugal três regimentos de emigrados franceses de duvidosa lealdade e eficácia.

Mas o factor que maior repercussão teve nessa época foi a reabilitação plena e o triunfal regresso de D. Manuel Godoy depois da sua demissão em 1798. Não retomava o seu lugar no governo, mas fora nomeado Generalíssimo, por decreto de 10 de Janeiro¹¹, como Carvalho e Sampaio informava:

«O Príncipe da Paz se acha nomeado Generalíssimo dos Exércitos de Espanha contra Portugal, e o Príncipe de Sangro, General em chefe do Exército da

⁹ Luís Pinto de Sousa para Diogo de Carvalho e Sampaio, Queluz, 19-12-1800, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fol. 169 v.

¹⁰ Luís Pinto de Sousa para D. Pedro Cevallos Guerra, Lisboa, 24-12-1800, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fol. 171.

¹¹ Godoy era nomeado «Generalíssimo en Jefe de los Cuerpos de Tropas mandados reunir en las Provincias de Andalucía, Castilla la Vieja, Extremadura Galicia, con toda la plenitud, autoridad, facultades y prerrogativas que le corresponden».

Extremadura, e diversos outros generais se acham também nomeados para esta expedição. Todo o dia de ontem não se falava em Madrid em outra coisa, supondo-se geralmente a nossa guerra como infalível (...). Fui esta manhã ter uma conferência com este Ministro de Estado [Pedro Cevallos], que me não negou nada do referido, dizendo-me todavia que me não podia dar ainda de ofício estas notícias»¹².

A 17 de Janeiro de 1801, o nosso Embaixador teve uma conferência com Pedro Cevallos que correu mal. As esperanças depositadas naquele político desvaneceram-se e Carvalho e Sampaio não hesitava em comentar que «a Cevallos acho maior dureza do que em todos os seus cinco predecessores»¹³. Seguiram-se diversas entrevistas entre o diplomata português, Manuel Godoy e mesmo Luciano Bonaparte, tendo estes exigido sempre o rompimento de Portugal com a Inglaterra, sem o que a guerra seria inevitável. A 29 de Janeiro, Luciano assinava com a Espanha um convénio que previa a invasão de Portugal caso o nosso país não abandonasse a aliança inglesa e encerrasse os portos aos barcos daquela nação, abrindo-os em contrapartida aos franceses e espanhóis. Mais ainda: exigia-se a entrega, como penhor pela restituição de Malta e de Mahon, de uma ou mais províncias portuguesas com um quarto da população do reino e pagamento de uma indemnização à Espanha.

Se Portugal procurava acordar a paz com a França, a Grã-Bretanha tentava impedir que tal ocorresse e pressionava Lisboa nesse sentido. Em Janeiro de 1801, o Encarregado de Negócios inglês avistou-se com Luís Pinto de Sousa, procurando evitar que Portugal enviasse um Plenipotenciário a França para negociar a paz em separado, sem esperar primeiramente pelo consentimento da Grã-Bretanha. Simultaneamente ocorreram mudanças no governo português e no corpo diplomático. No dia 6 de Janeiro de 1801, o Visconde de Anadia, Ministro em Berlim, foi nomeado Ministro e Secretário de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos; D. João de Almeida de Melo e Castro era nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros; Fernando Correia Henriques – genro de Luís Pinto de Sousa –, que estava na Corte de Estocolmo, foi para Berlim; finalmente, José Manuel Pinto de Sousa recebeu como destino a corte de Estocolmo.

¹² Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, carta de 11-1-1801, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 647.

¹³ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, carta particular de 19 (?) -1-1801, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 647.



A Missão do Morgado de Mateus

Nesse mesmo mês de Janeiro, Luís Pinto de Sousa decidia enviar o Morgado de Mateus a Madrid, como derradeiro esforço para evitar a guerra.

D. José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, foi uma figura notável, na qual a distinção e o bom trato se aliavam a uma cultura invulgar¹⁴. Nasceu no Porto, a 9 de Março de 1758. Seu pai, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, foi Governador e Capitão General de S. Paulo e sua mãe, D. Leonor de Portugal, era dama da Corte. D. José Maria estudou no Real Colégio dos Nobres em 1766, tendo recebido no ano anterior a carta de Moço Fidalgo. Prosseguiu os estudos na Universidade de Coimbra, onde con-

¹⁴ São raros os estudos sobre o Morgado de Mateus. Continua a ser de leitura imprescindível *Le Morgado de Mateus, Editeur des Lusíadas*, de Anne Gallut, Paris – Lisboa, Librairie Klincksieck – Livraria Bertrand, 1970, que foi a tese de doutoramento da autora, apresentada em 1965 na Universidade de Toulouse. Embora este livro incida particularmente sobre a célebre edição de *Os Lusíadas*, que D. José Maria de Sousa promoveu em Paris, no ano de 1817, ele contém abundantes informações biográficas.

cluiu a licenciatura em Matemáticas, sendo então aluno de José Anastácio da Cunha. Alistou-se no Regimento de Dragões de Chaves em 1778, optando pela Cavalaria, quando podia ter seguido a carreira militar no Estado Maior ou na Engenharia, mais de acordo com as suas habilitações académicas.

A 23 de Novembro de 1783 casou com D. Maria Teresa de Noronha, de quem enviuvará a 14 de Junho de 1785. Com o posto de Capitão, D. José Maria foi nomeado Alcaide-mor de Bragança (28-5-1789) e Conselheiro do Rei (11-7-1791). A sua carreira militar ficou por ali, embora conservasse o posto e ficasse adido ao Estado Maior da Corte, dando início a uma outra actividade: a diplomacia. Foi nomeado Ministro na Corte de Estocolmo a 30 de Setembro de 1791, confirmado a 8 de Outubro, recebendo neste mesmo dia o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo. A caminho da Suécia viajou por Inglaterra, França e Holanda. Entre 1795 e 1797 esteve na Alemanha – Hamburgo, Altona – viajando com frequência e recolhendo regulamentos militares e outras informações relacionadas. Em 1797 foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Copenhaga. Nessa época, António de Araújo de Azevedo – que sempre lhe dedicará uma mal disfarçada hostilidade – negociava a paz com a França em Paris. D. José Maria ainda se dirigiu para Haia, com instruções para ir à capital francesa se necessário fosse, mas tal foi impedido por Talleyrand e pelo próprio António de Araújo, acabando por regressar à Dinamarca. A morte de seu pai, D. Luís de Sousa, ocorrida em 3 de Outubro de 1798, converteu-o em Morgado de Mateus, obrigou-o a regressar ao reino para tratar dos seus negócios particulares. Mas o mau tempo só permitiu a viagem de regresso a Portugal no ano seguinte, seguindo para Hamburgo, onde estava no mês de Maio, depois para Londres e dali para Lisboa, partindo para Trás-os-Montes nos primeiros dias de Agosto de 1799. Em Mateus, D. José Maria procurou pôr ordem na sua casa, mas a situação política complicava-se com a proximidade do conflito armado com a Espanha. A 1 de Janeiro, o Morgado de Mateus era nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Corte de Viena. Mas foi justamente nesse momento que lhe foi confiada a derradeira tentativa de evitar um conflito entre os dois Estados Peninsulares.

D. José Maria de Sousa ficou, pois, investido de grandes responsabilidades. Sobre os seus ombros recaía a pesadíssima missão de travar a guerra entre Portugal e a Espanha, possivelmente com participação francesa.

O Embaixador Carvalho e Sampaio foi de imediato informado por Luís Pinto de Sousa:

«D. José Maria de Sousa se fica aprontando para partir, a fim de negociar com o Governo Francês uma paz particular debaixo da alta mediação de Sua Majestade Católica»¹⁵.

¹⁵ Luís Pinto de Sousa para Diogo de Carvalho e Sampaio, Queluz, 24-1-1801, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fol. 181 v.

«ao fim desta semana ou princípios da outra vai partir para essa Corte D. José Maria de Sousa, com os plenos poderes e instruções necessárias para poder tratar da nossa paz particular com a República Francesa debaixo da alta mediação de Sua Majestade Católica»¹⁶.

O Morgado de Mateus recebeu a sua instrução ostensiva, assinada por Luís Pinto e datada de Queluz, 4 de Fevereiro de 1801, onde se enumeravam as

«únicas condições com que Sua Alteza Real admitiu o convite da mesma Corte para uma paz particular com a República Francesa, sendo estas condições justas, desinteressadas e decorosas»¹⁷.

Em seguida, Luís Pinto punha Diogo de Carvalho e Sampaio ao corrente da viagem do Morgado de Mateus:

«Parte desta Corte para essa no seu trânsito para Paris D. José Maria de Sousa Botelho, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Alteza Real junto do Imperador da Alemanha, e leva ao mesmo tempo poderes amplos, e todas as instruções convenientes para poder tratar, concluir, e assinar um tratado de paz particular entre esta Coroa e a República Francesa, debaixo da Alta mediação de Sua Majestade Católica. (...) [tem como base as propostas que] «nos foram feitas por D. Mariano Luís de Urquijo no seu ofício para V. Ex.^a de 18 de Julho do ano de 1800, e que formam toda a base da presente negociação»(...) «Para o sobredito fim é pois conveniente que V. Ex.^a não só apresente a Suas Majestades Católicas o referido D. José Maria de Sousa, mas que o introduza às audiências desse Ministro de Estado e do Exm.^o Sr. Príncipe da Paz, a fim de conferir com ele o importante negócio de que vai encarregado. Convém contudo muito ao serviço do Príncipe Nosso Senhor que nesse ponto se evitem todas as demoras e retardos, pois não há já tempo que perder, e é indispensável que o Sr. D. José Maria de Sousa parta sem demora alguma para parís, a fim de terminar a negociação com a República Francesa»¹⁸.

De imediato, o Embaixador português solicitou um passaporte para o Morgado de Mateus e um coche para o aguardar em Badajoz, mas o ambiente em Madrid era tudo menos pacífico:

«Aqui não se fala, nem se trata senão da nossa guerra, que todos chamam conquista de Portugal. Diz-se que já se acham em Bordeaux os 25 mil Grana-deiros de Dijon»¹⁹.

¹⁶ Luís Pinto de Sousa para Diogo de Carvalho e Sampaio, Queluz, 26-1-1801, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fol. 184.

¹⁷ Luís Pinto de Sousa, Instrução ostensiva a D. José Maria de Sousa, Queluz, 4-2-1801, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fols. 189 a 190 v. Segue-se a Instrução Particular, Queluz, 4-2-1800, fols. 191 a 199.

¹⁸ Luís Pinto para Diogo de Carvalho e Sampaio, Queluz, 4-2-1801, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fol. 199 v. a 200 v

¹⁹ Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, Aranjuez, 2-2-1801, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 647.

O passaporte foi concedido mas com limitações. A má-vontade da Corte de Madrid era manifesta. D. Pedro Cevallos sublinhou que era inútil ele deslocar-se a Paris e que só teria autorização para permanecer na capital espanhola até ao dia 25 de Fevereiro:

«el Negociador portugués solo debe venir a esta Corte, puesto que ella ha de ser el teatro de esta negociación, y por lo mismo juzga Su Majestad que es absolutamente ocioso pedir el Pasaporte del Gobierno Francés para dicho Caballero»²⁰.

D. José Maria saiu de Lisboa no dia 6 de Fevereiro. Nessa mesma data apareceu o Duque de Frias para entregar a Luís Pinto um ofício da sua Corte, onde exigia a resposta no prazo de 48 horas, findo o qual se retiraria de Lisboa e que a guerra seria declarada.

O Príncipe mandou de imediato convocar um Conselho de Estado. Luís Pinto envia uma carta ao Conde de Pombeiro, em missão junto da Corte inglesa, reforçando os insistentes pedidos de ajuda regularmente transmitidos por intermédio do nosso Embaixador:

«É da última importância que V. Ex.^a com o seu conhecido zelo e eficácia coadjuve os esforços de D. João de Almeida de Melo e Castro na presença desse Ministério, expondo-lhe que esta guerra é inteiramente sua, e ocasionada pela fidelidade com que pretendemos sustentar os interesses da nossa aliança, e que portanto é agora o tempo, e sem perda de um só momento, que se realizem as promessas de socorros que há tanto tempo se nos tem feito; porque a invasão é certa, e apenas se poderá demorar por estes quinze dias (...). Carecemos é de um poderoso subsídio pecuniário para sustentar as despesas da guerra, e de um competente número de boas tropas, que não posso reduzir a menos de 25 mil homens, pois que os franceses nos atacam com outra igual força; e neste número se devem pelo menos incluir 4 Regimentos de cavalaria além de duas Companhias de Artilharia a cavalo»²¹.

Mais do que nunca era necessário que a Grã-Bretanha concretizasse as promessas de Ajuda e Luís Pinto sugeria diversas modalidades. Uma das hipóteses colocadas era Londres assegurar o pagamento dos soldos de alguns Regimentos portugueses que se levantassem. Mas

«Portugal não poderia levantar novos Regimentos com utilidade alguma para o dito fim no instante em que se acha ameaçado de uma invasão momentânea, e não é com tropas bisonhas e indisciplinadas que podemos defender-nos. Em segundo lugar, a povoação de Portugal não é bastante para pôr em prática uma semelhante medida sem estagnar inteiramente o recruta-

²⁰ D. Pedro Cevallos para Diogo de Carvalho e Sampaio, 10-2-1801, Aranjuez, ANTI, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 647.

²¹ Luís Pinto de Sousa para o Conde de Pombeiro (Londres), Queluz, 7-2-1801, ANTI, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fols. 202 v. a 204.

mento que é necessário para reparar as perdas do exército, o qual apesar de todas as calúnias que se tem propagado, não deixa de passar actualmente de 36 mil homens efectivos, e não sobre o papel, e o qual será levado em pouco tempo ao número de 40 mil praças; mas infelizmente esse tem sido sempre o sistema de deprimir as nossas forças quando se encontram em dificuldades para sermos socorridos; por consequência Portugal não poderá fazer mais esforços de novas levas, sem que arruïne inteiramente a sua agricultura, e ponha em uma perfeita comoção todas as províncias; por cujo motivo, julgo que se a Inglaterra pretende socorrer-nos com algum fruto, poderia satisfazer em lugar de novas tropas, que não podemos levantar com utilidade, os Regimentos de Milícias que temos, e que formariam um corpo de mais de 35 mil homens. Se este projecto parecer bem a esse Governo, V. Ex.^a prosseguirá todos os meios de efectuá-lo; porque, pelo que toca à erecção de novos corpos, parece uma coisa impossível pelas razões que ficam ponderadas.

É pois da última precisão que eu ratifique a V. Ex.^a tudo aquilo que lhe expus nos meus precedentes offícios, requerendo desse Ministério, não só as tropas que se lhe tinham pedido para a nossa defesa, mas sobretudo os subsídios necessários para a abertura da campanha, pois que até amanhã se espera aqui ordem da Corte de Madrid para fazer sair desta o Embaixador Duque de Frias, com o que fica a guerra declarada desse momento entre as duas Coroas, e inutilizada toda a negociação que se tinha incumbido a D. José Maria de Sousa, o qual se verá obrigado a retroceder da Corte de Madrid; e se acaso pretendermos fazer depois disso uma paz particular com a França e Espanha, será com as armas na mão, o que não poderemos executar sem uma total ruína, se não formos pronta e poderosamente socorridos por parte da Grã-Bretanha (...). No caso, porém, que aconteça o contrário, e que não sejamos imediatamente socorridos, espera Sua Alteza Real o príncipe Regente Nosso Senhor, que esse Governo não levará a mal que a Corte de Portugal adopte todos os meios que a prudência lhe ditar para evitar, sendo possível, a sua total ruína; na certeza de que esta medida violenta não será mais que temporária, e de nenhuma sorte calculada a romper para o futuro os mesmos vínculos de aliança que deseja conservar com a Grã-Bretanha»²².

Lisboa tentava ganhar tempo. Foi enviada uma carta a Carlos IV e solicitou-se ao Duque de Frias que aguardasse a resposta, mas este pediu os passaportes para abandonar Portugal. Tudo se precipitava. Luís Pinto informou D. José Maria de Sousa da saída do Embaixador espanhol e do deteriorar da situação, procurando que as negociações com a França se concretizassem:

«O Embaixador de Espanha Duque de Frias partiu efectivamente desta Corte para Aldeia Galega na manhã de hoje, por lhe ser impossível deixar de o fazer à vista das positivas ordens que para isso recebeu do seu Governo;

²² Luís Pinto de Sousa para D. João de Almeida de Melo e Castro, Queluz, 17-2-1801, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fols, 209 v. a 211.

porém, como lhe não pareceu inadmissível a nova proposição que lhe fiz, e que constará a V. Senhoria da minha resposta n.º 3, ainda pode existir alguma esperança de que se haja de evitar a guerra, o que Sua Alteza Real bem sinceramente deseja.

Portanto, me ordena diga a V. Senhoria que não obstante o que lhe foi prescrito nas suas instruções a respeito de passar a Paris, e de não tratar de negócios da paz na Corte de Madrid, V. Senhoria se apresente logo ao Ministério espanhol, e lhe declare que vem munido de todos os poderes necessários para tratar da paz com o Governo Francês, ou com os Comissários que ele deputar para o dito efeito; e como lhe consta que o Embaixador da República Francesa em Madrid se acha também munido de todos os plenos poderes para o mesmo fim, participa à Corte de Madrid a sua prontidão para abrir as conferências com ele debaixo da alta mediação de Sua Majestade Católica. No caso que esta proposição seja admitida, e não seja absolutamente rejeitada, V. Ex.^a abrirá as suas conferências com Luciano Bonaparte; e persistindo e pugnando, quanto estiver da sua parte, sobre todos os pontos das suas instruções, não obstante a variação que depois disso tem ocorrido; contudo, Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor pelo bem da paz, autoriza V. Senhoria para que depois de esgotados todos os recursos, que o reconhecido zelo de V. Senhoria lhe possa sugerir, desista, sendo indispensável, da pretensão de se admitirem os termos de víveres e dinheiro, ficando tudo como estava no Tratado de 10 de Agosto de 1797.

Enquanto à admissão dos navios ingleses nos portos de Portugal, e ao seu número, V. Senhoria responderá que tendo Sua Alteza Real oferecido à Corte de Espanha de fechar os seus portos a todos os navios de guerra e corsários das nações beligerantes, pelo meu ofício de 18 de Fevereiro deste presente ano, dirigido ao Embaixador de Espanha Duque de Frias, V. Senhoria se acha pronto a estipular a sobredita condição, durante a presente guerra, ou a oferecer às potências beligerantes uma exacta reciprocidade em conformidade das suas primeiras instruções.

Enquanto ao Artigo do dinheiro, V. Senhoria disputará esse ponto passo a passo, como lhe foi ordenado; mas quando vir que nada se pode obter, ordena Sua Alteza Real que V. Senhoria convenha logo na soma de 18 milhões de libras que foram pedidos pelo Governo Francês, contando porém que os termos dos pagamentos sejam espaçados na forma das suas instruções.

Sobre as indemnizações inculcadas no ofício do Embaixador de Espanha de 17 do corrente, V. Senhoria responderá, que sendo esta uma proposição nova, e não cogitada por parte da sua Corte, é manifesto que V. Senhoria não podia receber dela instrução alguma a tal respeito; porém, que está pronto a ouvir explicitamente nesse ponto todas as proposições que lhe foram feitas, e de transmitti-las ao seu Governo, a fim de receber em consequência as ordens que for servido dirigir-lhe»²³

²³ Luís Pinto de Sousa para D. José Maria de Sousa (Madrid), Queluz, 19-2-1801, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fols. 214 a 215.

No mesmo dia seguiram instruções para Diogo de Carvalho e Sampaio, recomendando que solicitasse entrevistas urgentes ao Ministro de Estado D. Pedro de Cevallos e a D. Manuel Godoy:

«V. Ex.^a não ignora a impossibilidade que tinha esta Corte de levar mais avante os seus sacrifícios sem se cobrir de opróbrio e sem cometer um acto de injustiça mais notória; pois que ser obrigado a fechar os portos aos ingleses, seus amigos e aliados, e abri-los aos espanhóis, e sobretudo aos franceses, com quem se acha em guerra, era um meio certo de a provocar do Governo inglês, sem motivo, razão ou justiça, que pudessem justificar a Sua Alteza Real no conceito da Europa.

Portanto, o Príncipe Regente Nosso Senhor desejoso de conservar a paz à custa dos maiores sacrifícios, quis fazer ainda este, por grande que seja, à amizade que professa a El-Rei Católico, e aos invariáveis desejos que tem, e teve sempre, de conservar a paz com essa Monarquia, e de lhe evitar talvez assim como a esta, as consequências de uma guerra, cujas resultas podem ser incalculáveis parta a infelicidade de ambas, no caso de as tropas francesas se resolvam entrar dentro da península.»

(...) «logo que tenha cumprido as recomendações acima expostas, parta sem perdas de tempo dessa Corte para este Reino, pedindo a esse Governo os passaportes necessários, servindo-se V. Ex.^a da via recta até Badajoz, e dali em direitura a esta Corte»²⁴.

E para o Conde de Pombeiro:

«como D. José Maria de Sousa recebeu ordem para poder tratar naquela Corte com Luciano Bonaparte a paz de Portugal com a República Francesa, visto ter ele plenos poderes para o dito efeito, ainda ficamos esperando ver se esta medida poderá ter algum efeito, porque aliás a guerra é inevitável, achando-se já em Bayona a frente da primeira coluna que deve entrar em Espanha, e o General S. Cyr, que a comanda, se esperava em Madrid até 25 de Fevereiro.²⁵»

A 20 de Fevereiro, o Morgado de Mateus foi recebido por D. Pedro Cevallos e no dia 21 por Manuel Godoy. No primeiro caso, o Ministro recusou apresentá-lo aos Reis Católicos, quando constatou que ele não ia munido de plenos poderes. Em carta para Carvalho e Sampaio, Cevallos escrevia com rispidez: «No creem Sus Majestades oportuna su presentación»²⁶. Mas logo que chegou a notícia da saída do Duque de Frias de Lisboa, o governo espa-

²⁴ Luís Pinto de Sousa para Diogo de Carvalho e Sampaio, Queluz, 19-2-1801, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fols. 216 a 217.

²⁵ Luís Pinto de Sousa para o Conde de Pombeiro, Queluz, 26-2-1801, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fols. 220 v. e 221.

²⁶ D. Pedro Cevallos para Diogo de Carvalho e Sampaio, 21-2-1801, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 647.

nhol ordenou a Diogo de Carvalho e Sampaio que fizesse o mesmo. A 22, Cevallos intimava:

«quiere Su Majestad que V. Ex.^a salga com el Caballero Sousa dentro de vein-tecuatro horas desta Corte»²⁷.

Informado que Luciano Bonaparte se encontrava em Madrid para não se encontrar com ele em Aranjuez, o Morgado de Mateus tudo fez para contrariar tal situação. Ao tomar conhecimento que o irmão de Napoleão acabara de chegar àquele Real Sítio, compareceu em sua casa e teve com ele uma breve mas significativa conversa, em que D. José Maria se apercebeu que, se Portugal tivesse agido com tempo, teria sido possível influenciar – ou subornar – Luciano, que ele via muito interessado em se aproveitar pessoalmente das negociações. Mas, naquele momento, com as condições inflexíveis impostas pelo Primeiro Cônsul, já nada se podia fazer.

No dia 24, o Embaixador português saía de Aranjuez, preparando-se para a viagem de regresso ao seu país, necessitando ainda de três dias para consertar o seu coche. D. José Maria de Sousa também saiu de Aranjuez no mesmo dia.

A missão do Morgado de Mateus gorara-se, empreendo ele e Carvalho e Sampaio o regresso a Portugal. A 28 de Fevereiro de 1801 era feita a declaração de guerra a Portugal, ratificada posteriormente pelo Conselho de Castela a 1 de Março.

Luís Pinto informava o nosso Embaixador em Londres do evoluir da situação e da

«notícia de haver saído daquela Corte, tanto Diogo de Carvalho e Sampaio, como D. José Maria de Sousa, sem que este último pudesse conseguir coisa alguma a respeito da missão de que foi encarregado, sendo bruscamente repelidas todas as pretensões, assim por parte do Ministério Espanhol, como do Embaixador Francês Luciano Bonaparte.

Pela mesma via se recebeu aqui a notícia em como no dia último de Fevereiro baixara ao Conselho de Castela o manifesto e declaração de guerra contra Portugal, o qual fora logo público no mesmo Conselho, e que no dia 2 do corrente se havia de publicar solenemente em Madrid a mesma declaração de guerra, a qual se não efectuara no dia 1.º dia do mês por ser dia santo; e o mesmo correio que trouxe esta notícia acrescentou igualmente que a mesma ordem já tinha chegado a Badajoz.

Aqui tem V. Senhoria em como a guerra se acha declarada, como sempre supus, sem que até hoje tenhamos recebido um só homem de socorro da Grã-Bretanha, e sem que apareça paquete que nos tire pelo menos de uma semelhante perplexidade»²⁸.

²⁷ D. Pedro Cevallos para Diogo de Carvalho e Sampaio, 22-2-1801, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, Caixa 647.

²⁸ Luís Pinto de Sousa para D. João de Almeida de Melo e Castro, Queluz, 5-3-1801, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro 111, fols. 225 v. e 226.

A 2 de Março, o Morgado de Mateus deixava Madrid chegando a Lisboa no dia 7. De imediato apresentou um relatório da sua diligência falhada ao Príncipe Regente.

Dessa missão impossível, deixou-nos D. José Maria de Sousa quatro cartas enviadas a Luís Pinto de Sousa, que a seguir publicamos. Nelas relata circunstanciada e criticamente os encontros com Pedro Cevallos, Godoy e Luciano Bonaparte, constituindo estes textos importantes documentos para a compreensão dessa derradeira e falhada tentativa de evitar a guerra, mas também mostram à saciedade o pensamento e o patriotismo de D. José Maria de Sousa²⁹.

²⁹ Depois desta missão, D. José Maria conservou-se no seu Solar de Mateus, onde escreveu diversos memórias sobre reorganização e logística do exército. Em Novembro de 1801 partiu para Inglaterra, para nova missão e para representar os interesses portugueses no congresso de Amiens, no qual se discutiria a paz na Europa, e onde não foi admitido. Foi então nomeado representante de Portugal em Paris, ma a sua partida foi atrasada por motivos de doença, continuando na Grã-Bretanha. Chegou a Paris a 7 de Abril de 1802, sendo recebido por Talleyrand. Casou a 17 de Outubro de 1802 com Adèle Filleuil de la Bellardie (1761-1836), viúva do Conde de Flahault, que ficou conhecida nas letras francesas com o nome de «madame de Souza». Na capital francesa, D. José Maria viveu de perto o torvelinho de acontecimentos que avassalavam a Europa, as intrigas políticas, a coroação de Napoleão, as manobras de António de Araújo de Azevedo, sempre hostil ao Morgado de Mateus. Mas, a 22 de Outubro de 1804, era nomeado para S. Petersburgo. Em Abril de 1805, ele e sua mulher deixam Paris em direcção a Berlim, onde ficam algumas semanas, e a Frankfurt A 14 de Junho de 1805, o Príncipe Regente nomeou-o Conselheiro da Fazenda, dispensando-o da carreira diplomática, o que lhe permitia regressar de imediato a Portugal. D. José Maria aceitou, como não podia deixar de ser, mas pediu para tomar posse por procuração, alegando razões de saúde. Solicitou ainda permissão de ausência até que estivesse completamente restabelecido. Embora estivesse em Berlim, foi admitido, a 7 de Julho de 1807, como membro da Academia Real das Ciências de Lisboa. Deslocou-se a Haia, onde estava o seu amigo João António Bezerra, nosso representante diplomático. Finalmente chegou a Paris, e acabou por se fixar na capital francesa, dedicando-se a um projecto que acalentava há tempos: homenagear a figura de Camões. Nasce assim a famosa edição de *Os Lusíadas* que ficou conhecida como «do Morgado de Mateus»: *Os Lusíadas, Poema Épico*, Paris, Na Oficina Typographica de Firmin Didot, 1817. Merece um destaque especial a componente iconográfica, dirigida pelo pintor F. Gérard, com a participação de alguns dos mais famosos gravadores em cobre como F. Lignon, Forsell, Massard, Ortman, Henri Laurent, Bovinet, Pigeot, Toschi, Forster e Richomme. Para uma descrição minuciosa desta extraordinária obra veja-se Brito Aranha, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, Tomo 14.º, 14.º Suplemento, 1887, pp. 111 a 136, e naturalmente, a obra de Anne Gallut já referida e que contém numerosa bibliografia a propósito. D. José Maria comprou uma esplêndida casa na Rue Verte, depois Rue de la Pépinière, em cujo salão sua mulher brilhou e impressionou os que o frequentavam. Ainda teve que enfrentar a hostilidade de Talleyrand, que o pretendeu expulsar de França, mas a intervenção de Luís XVIII anulou tal manobra. Morreu em Paris, a 1 de Junho de 1825. Publicou em 1824 uma nova edição das *Lettres Portugaises*. V. ainda Baron de Maricourt, *Madame de Souza et sa Famille*, Paris, Émile-Paul, Éditeur, 1907, e José Cassiano Neves, «Madame de Souza e os Salões literários de Paris», separata de *Ocidente*, Volume LVII, 1959, pp. 251 a 256.

**Cartas do Morgado de Mateus
para Luís Pinto de Sousa Coutinho³⁰**

1

«Não tendo encontrado o coche que esperava em Badajoz senão a quatro léguas para cá de Trujillo no dia 15, não pude chagar a Madrid mais cedo de ontem, de onde, para evitar mais demoras, saí esta manhã para Aranjuez, por saber se achava aqui o Príncipe da Paz e Luciano Bonaparte.

Apresentei-me ao nosso Embaixador, que imediatamente participou a minha chegada ao Príncipe da Paz e ao Ministro de Estado Cevallos, pedindo-lhe hora para os visitar. Este Ministro nos deu a de onze amanhã, e o Príncipe respondeu que nos esperava hoje às nove horas.

O resultado desta conferência, da qual acabo de sair, foi tal, que me obriga a expedir este correio com a maior brevidade, a fim de que V.^a Ex.^a previna a Sua Alteza Real que infelizmente este Governo está determinado a fazer-nos a guerra, a menos que Sua Alteza Real assinta às duras e inadmissíveis condições propostas no ofício do Duque de Frias a V. Ex.^a de 6 deste mês. Referirei agora os termos desta conversação.

Recebendo-nos o Príncipe só, dirigiu-se logo para mim dizendo-me quanto estimava a minha chegada pois esperava que eu trouxesse os plenos poderes necessários nas presentes circunstâncias para concluir as proposições feitas por D. Luís de Urquijo, e sobre estas bases ajustar e assinar a paz em Paris, para onde esperava achar aqui os passaportes competentes a fim de continuar a minha jornada. Interrompeu-me, voltando-se para o Embaixador, e dizendo-lhe que ele deveria ter informado a nossa Corte da alteração de bases e localidade da negociação, asseverando este que o tinha feito, ambos lhe seguramos que esta comunicação, chegando a Lisboa depois da minha partida, não me era conhecida. Nem eu, continuei, podia esperar que um tão breve espaço de tempo mudasse o Gabinete de Espanha, quando o nosso acabava de expedir na melhor boa-fé o Plenipotenciário requerido, e sendo esta mudança tal que não podia dela concluir-se não estar Sua Majestade Católica resoluta a fazer a guerra, pois via que as condições agora propostas eram indecorosas e inadmissíveis. Aqui ambos lhe ponderámos a injustiça deste procedimento e as consequências funestas que resultariam para Espanha particularmente de admitir os franceses no seu território, e de fechar os portos de Portugal, por onde, à excepção da França, lhe entravam os géneros de que necessitava já das suas colónias, já doutros países. Enfim, acabei dizendo-lhe que não julgasse tão fácil a invasão de Portugal, pois o físico do país e o génio dos habitantes, que se poriam todos em armas, poderiam, como esperava, frustrar os seus intentos; e que ainda em o caso mais infeliz para nós, as nossas armadas e as inglesas nos segurarão o mar e os meios de uma vingança. A estas e outras razões semelhantes opôs as de um homem, que levado da sua vaidade fundada em uma total ignorância, e por uma extrema servilidade para os franceses, não sabe conhecer os seus interesses, ou perigos, nem escuta a razão. Confessou que o seu país estava arruinado em

³⁰ ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Portugal em Madrid, Caixa n.º 647.

última decadência e perdido todo o seu comércio, e que assim, em tais extremos, se devia expor a tudo para ver se se recuperava. Blasonou de que os franceses, tendo reduzido as forças de outras potências maiores, Portugal não lhes resistiria, que sendo a sétima que ficara aliada com Inglaterra, assim a esforçariam à paz. Finalmente, depois de outros tais e maiores desconcertos, concluiu que os franceses já estavam em Bayona, que esta Corte já mandara cumprimentar o General St. Cyr, que os vinha comandando, e que os esperavam aqui logo para concertarem as disposições e cautelas sobre a sua passagem e união das tropas aliadas; e que em consequência da resolução em que estava Sua Majestade Católica, já por um extraordinário se expedira ordem ao Duque de Frias para deixar Lisboa, e que hoje até amanhã esperava resposta pelo mesmo correio.

Depois destas palavras não assentiu a mais coisa alguma do que lhe dissemos, respondendo a tudo que eram matérias já discutidas havia muito tempo e que era baldado tornar a tratá-las; e que este Governo não podia deixar de ter ponderado todas as consequências antes de tomar esta resolução.

Assim nos despedimos, e como Cevallos não pode ser senão o eco do Príncipe da Paz, não posso esperar que resulte da sua conferência outra decisão. Luciano Buonaparte é o que tem influído mais nesta alteração de sentimentos do Príncipe, lisonjeando o seu amor próprio com as promessas da conquista de Portugal, de forma que este mesmo dificilmente mudará, estando as coisas nesta figura.

De toda a maneira, é essencialmente necessário que o nosso Exército se ponha em movimento, sendo este o único meio de poder esperar que a nossa firmeza e resolução faça algum efeito para obter ao menos que prevejam dificuldades de que se não persuadem, ou enfim para repelir a força com a força, salvando a honra e o decoro do Príncipe Regente Nosso Senhor, e da Nação Portuguesa; pois sobre a proposição que fazem agora, à imitação da que fizeram ao Senhor D. José de gloriosa memória, persuado-me que Sua Alteza Real dará a mesma resposta.

No breve tempo que tem decorrido desde a minha chegada mão me é possível dar outras notícias mais particulares, nem com a exactidão que desejava. Dizem-me, e o nosso Embaixador o participará também a V. Ex.^a, que este Governo obteve dinheiros dos fundos das Confrarias, que absorvem; que tem feito aqui e em outras Províncias compras de provisões de boca, e que se fazem muitas conduções para sãs Províncias da raia destas provisões e de munições. Na minha passagem vi todas as tropas dispersas; soube que somente havia cem mil fanegas em armazéns para todo este Exército aquartelado, como disse, nas Províncias da fronteira; e que a grossa artilharia se achava ainda a grandes distâncias. Notei um desgosto universal nos oficiais para esta empresa e o povo em geral igualmente desaprova.

Estas são as notícias que com muita mágoa do meu coração sou obrigado a dar a V. Ex.^a; ao mesmo tempo que sinto nele, como creio, todos os portugueses sentirão, a mesma resolução de sacrificar o meu sangue e vida pela defesa do Príncipe Regente Nosso Senhor e da Pátria.

De tudo o que continuar a haver prontamente darei parte a V. Ex.^a.

Deus guarde a V. Ex.^a muitos anos.

Aranjuez, 20 de Fevereiro de 1801

Ilustríssimo e Exm.^o Senhor Luís Pinto de Sousa Coutinho

D. José Maria de Sousa

Ilustríssimo e Ex.º Senhor

Suposto que não me esperava a que resultasse coisa alguma em nosso benefício da conversação que ia ter com D. Pedro Cevallos, na visita para que ele tinha assinado hora, julguei dever esperar o correio estes momentos para dar a V. Ex.^a uma relação do que ali passámos.

A conversação principiou sobre o assunto da minha comissão quase nos mesmos termos como do Príncipe da Paz. Alegou o sobredito Ministro de Estado as mesmas razões da mudança nas condições propostas em razão de obrigarem os ingleses a fazerem a paz fechando-lhes os portos; serviu-se dos lugares comuns, ainda que falsos, dos grandes interesses que os ingleses tiravam de Portugal, e ajuntou outros argumentos loucos e frívolos que é inútil repetir. Deu-me isto ocasião e ao Embaixador que me apoiou com energia, de lho combatermos com verdades tão claras que não lhe deixaram resposta, mostrando-lhe quanto era insensato pretender fechar o comércio de uma nação senhora dele e do mar; que deste desígnio resultaria para ela um benefício, podendo aniquilar a navegação dessas nações e aumentar a sua; que a condição de que se lisonjeavam era irrisória; que ele não ignorava quanto considerável era neste momento o comércio dos ingleses nas colónias espanholas; que o seu comércio connosco, lhe podíamos provar, com documentos, ter sido a balança, nos últimos anos, a nosso favor. Finalmente, vaticinámos-lhe os riscos a que iam expor-se, recebendo os novos hóspedes e proporcionando-lhes os meios de devastar a Península. Muitas vezes se confundiu sem achar uma razão que nesse conluio assim que já agora eram tardias todas as considerações que a sorte das armas se decidia desta contestação entre as duas Cortes, pois que esperava hoje o correio que lhe trouxesse a notícia do Duque de Frias ter saído de Lisboa, como se lhe tinha ordenado.

Pedi-lhe finalmente o Embaixador que conforme as ordens da nossa Corte, quisesse pedir da sua parte a Suas Majestades licença para apresentar-me, a cujo fim lhe escrevia. Balbuciu respondendo que escrevesse e que o informaria da vontade de seus Soberanos.

Esta foi em suma a conversação que tivemos com aquele Ministro, por não repetir recriminações que alegou, e que nada valem, quando é patente que Portugal, auxiliando a Espanha, recebeu dela a paga não só de fazer a sua paz separada, mas de aliar-se com o inimigo comum para fazer-lhe guerra. Não deixei de lho dizer muito francamente.

Espero quando não hajam de fazer-nos logo sair, ver Luciano Buonaparte, a quem procurarei e darei parte a V. Ex.^a do que com ele passar.

Deus Guarde a V. Ex.^a muitos anos,

Aranjuez, 21 de Fevereiro de 1801

Ilustríssimo e Exm.º Senhor Luís Pinto de Sousa

D. José Maria de Sousa

Ilustríssimo e Exm.º Senhor

Tenho a honra de acusar a recepção do officio de V. Ex.^a de 13 deste mês, que me entregou o correio Francisco de Assis, o qual torno a reexpedir hoje, dando parte a V. Ex.^a do infeliz successo das minhas mais eficazes diligências, não me poupando a alguma que pudesse evitar-nos serem as armas as que decidissem esta constelação. Posso segurar livremente a V. Ex.^a que não deixei Maio algum que pudesse procurar-nos a tranquillidade que Sua Alteza Real deseja para os seus Estados; e confesso que só o dever poderia fazer-me suportar o desgosto porque fui obrigado a passar. Mas na situação dos negócios eram os remédios já tardios e por consequência não foram profícuos.

Quando chegou o correio – que foi ontem, pelas 8 horas da noite – já tinha perdido quase todas as esperanças de uma conciliação, pois que este Ministro de Estado tinha recusado ao nosso Embaixador o apresentar-me à Corte, e na noite do dia 22 lhe havia intimado que houvéssemos de sair dela dentro de 24 horas, e via recta do Reino, remetendo dois passaportes a esse efeito, um para Diogo de Carvalho e outro para mim, annunciando-lhe que igualmente o Duque de Frias tinha já partido de Lisboa. V. Ex.^a julgará pela sobredita denegação antes desta segunda notícia, e pala prontidão com que nos mandaram intimar que sássemos na mesma noite em que tinham recebido o expresso de Lisboa, quanto estavam antecipadamente dispostos os ânimos contra nós.

Sem embargo disto, logo que li o despacho de V. Ex.^a passei à Secretaria de Estado procurar D. Pedro Cevallos, e participar-lhe que tinha recebido os poderes necessários da minha Corte para tratar aqui com os Commissários do Governo francês, debaixo da mediação de Sua Majestade Católica, e portanto esperava que me deixasse este Governo demorar para abrimos as conferências, e visse nesta condescendência da minha Corte a sua franqueza, lealdade e desejo de uma pronta conciliação. Respondeu-me que era tarde, e que por consequência me prevenia que se eu não estava autorizado a consentir na condição *sine qua non*, de fechar todos os portos ais ingleses, estivesse certo que nenhuma proposição se ouviriam mais sobre este assunto. Instei que a minha Corte tinha proposto por via de V. Ex.^a ao Duque de Frias um meio termo, de que ela teria notícia pelo mesmo Embaixador, ou uma reciprocidade que me parecia dever satisfazer à Espanha e à França, pois não podiam deixar de reconhecer que era quanto lhe era permitido conceder sem faltar ao seu decoro ou ofender os seus mais sagrados interesses. Aqui principiou outra vez uma discussão, que me foi tão penoso seguir pelas incongruidades dos seus discursos, como me foi necessária ter toda a prudência para os refutar com moderação e sem deixar-lhe razão. Resisti porém a tudo; e finalmente, negando-me o consentimento de qualquer demora.

Sabendo que esta decisão de D. Pedro Cevallos podia ser revogada pelo Príncipe da Paz passei a sua casa, e não o achando, pedi-lhe hora, a qual me assinou às 11 da noite, respondendo em termos que me ficou a esperar pouco da conferência, como V. Ex.^a verá da cópia junta. Demorei-me com ele cerca de 3 horas, em que procurei todos os meios de o fazer condescender em deixar-me abrir as conferências com Luciano Buonaparte; em persuadi-lo da sem razão desta Corte; em movê-lo pelo receio do mal que a entrada dos franceses faria à mesma

Espanha, etc. Mas tudo foi inútil, persistindo em que ele mesmo persuadido dos perigos desta guerra tinha procurado abrandar as condições, porém que o não pudera conseguir quanto à de fechar Portugal os seus portos, e que este ponto era essencial para eles, como único meio de forçar a Inglaterra a fazer a paz. Não refiro as suas queixas nem argumentos, pois umas não eram fundadas e os outros não eram sólidos. Tudo quanto pude dizer-lhe foi baldado: rejeitou firmemente falar de novo a Buonaparte, ou deixar-me demorar para esse efeito, prevenindo-me que só lhe escrevesse, se quisesse, mas que me avisava poderia receber algum desaire ou desatenção, pois ele estava em Madrid só para evitar encontrar-se comigo.

Apesar deste aviso e do nenhum fruto que tinha tirado desta larga conferência, resolvi-me a escrever ao Embaixador de França em Madrid uma carta, de propósito a mais lisonjeira, para ver se podia ao menos por esta doçura abrir com ele a negociação. Quando estava para mandá-la adiante, e ao ponto de a seguir eu mesmo, soube ter ele chegado a Aranjuez. Dirigi-me a sua casa, anunciei-me e feze-me entrar. Principiámos a falar sobre a matéria, e notei quanto ele desejava ser o negociador, de forma que sem dúvida julgo, se tivesse vindo algum tempo antes de partir de Lisboa, teria sido um negócio brevemente concluído. Afirmou-me, porém, que da presente não estava mais na sua mão o poder moderar a condição de fechar Portugal os seus portos aos ingleses, porque nas suas instruções lhe era positivamente ordenado o exigi-la, e que tendo ainda representado ao Primeiro Cônsul se lhe seria lícito abrandá-la, lhe reforçara s primeiras ordens sobre este ponto, como sendo o essencial para complemento do plano acordado contra a Inglaterra. Pedi-lhe que em consequência da minha abertura enviasse um expresse a Paris, cuja volta eu esperaria, pois que me parecia que mereciam a atenção do Primeiro Cônsul e satisfariam as proposições feitas, considerando que não lhe era útil nem política esta guerra, e que Portugal cedia quanto era compatível com a sua segurança e com o seu decoro. Não conveio nem em prosseguir nas conferências, visto não ser admitida aquela condição, o que me fez pôr termo à discussão e partir.

Devo agora informar V. Ex.^a das causas que – segundo tive notícia – motivaram esta firmeza louca tanto no Governo como no Embaixador contra os interesses de seus respectivos povos, e contra alguns seus próprios. Entre Talleyrand e Luciano Buonaparte há inimizade particular, pois que o primeiro fez dar a este irmão do Cônsul esta Embaixada para o apartar de Paris. Ambos disputavam depois a negociação em razão do interesse pecuniário e, como era natural, venceu o segundo com o irmão a lhe mandar plenos poderes. Para render serviços e mostrar-se hábil, dizem-me que sem ordens de forçar e apertar tanto a Portugal, Luciano conseguiu aqui que Espanha se prestasse à passagem das tropas, e tendo-o conseguido escreveu para Paris quanto era útil a obrigar assim a Inglaterra à paz. Para o conseguir de Espanha, lisonjeou o Príncipe da Paz com a patente de Generalíssimo e com as esperanças da conquista. Esta linguagem e plano era grato igualmente à Rainha, que lisonjeava e apoiava o Embaixador de França, para que este favorecesse a aumentasse a sua família de Parma. Agora, ainda que se sintam arrependidos, não ousarão tornar atrás e por esta causa todas as minhas diligências tem sido infrutuosas.

Em consequência julgo cumprir com as ordens de V. Ex.^a retirando-me daqui como me determina no último parágrafo do seu ofício, mas ainda que depois do

que acabo de referir a V. Ex.^a a guerra pareça inevitável, restam-me algumas esperanças de que, fazendo-se todas as disposições militares que exigem em todo o caso e por todos os modos, as circunstâncias actuais possam sobrevir algumas que nos livrem desta calamidade. Estes preparativos são tanto mais necessários que a opinião com que se lisonjeiam os membros e alguns dos Generais é que Portugal não poderá resistir uma só campanha. O desengano, vendo o aparato das nossas forças, contribuirá muito para os fazer considerar os perigos a que expõem o seu próprio país, pois não os ignoram, ainda que procuram iludir-se sobre eles. O descontentamento do povo é grande e é sabido que repugna a esta guerra. O deficit da Fazenda é constante, e suposto que o Governo pelo meio das últimas bulas alcançou dez milhões de cruzados, este fundo não é suficiente, nem tem muitos outros disponíveis. Os preparos que exige uma guerra activa ainda não estão todos prontos. Os franceses que se acham em Bayona, apesar de o Príncipe da Paz dizer que eram 15000 homens, informam-me terem somente ali chegado 5000, e por consequência suposto o mesmo Príncipe ter pedido por um expresso, que avançassem mais tropas e a diligência costumada dos franceses, não será esta tal, que não exija algum tempo para se formarem e chegarem à raia. Estas notícias não são para afrouxar os preparativos em Portugal. Mas para que antes ponham neles todo o vigor que o tempo permite, e assim é que pode esperar-se que se prestem a uma nova negociação, que não principie por uma condição inadmissível, a qual, até é doloroso ver que ousam propô-la.

A notícia que me dizem vinda de Lisboa, e que eu acabo de ouvir, de uma nova mudança no Ministério de Inglaterra, sendo verdadeira, o que duvido por V. Ex.^a ma não dar, anunciaria uma próxima abertura de negociações que concorreria a nosso favor.

Deus guarde a V. Ex.^a muitos anos

Madrid, [...] de Fevereiro de 1801

Ilustríssimo e Ex.^o Senhor Luís Pinto de Sousa Coutinho

D. José Maria de Sousa

4

Ilustríssimo e Exm.^o Senhor

Estou esperando por último recurso ver se por meio de uma carta de Diogo de Carvalho escrita do caminho, consigo os passaportes para o correio José Sanches, que levará nesse caso estes officios.

Hoje remeteu-se ao Fiscal do Conselho de Castela a declaração e manifesto da guerra contra Portugal, e dizem-me que segunda feira 2 de Março se publicará. Assim nem a injustiça do procedimento nem os perigos que ameaçam a Espanha, chamando os franceses, nem enfim as notícias últimas que tiveram aqui da mudança de Ministério em Londres e de negociação aberta para a paz tem podido obstar para evitar este grande mal.

Espero que aí tenham sido feitas todas as disposições necessárias que exigiam as críticas circunstâncias em que nos achamos, pois agora só pode salvar-nos a energia e vigor aproveitando momentos preciosos.

Não há notícia ainda de um maior número de tropas francesas na fronteira de Espanha, nem por hora foi possível fazer marchar e conduzir a grossa artilharia da Barcelona. O corpo que fazia o cordão de Andaluzia já marcha e Deus quisera não leve consigo a infecção, que lhe pode ser prejudicial, mas igualmente a nós.

Deus Guarde a V. Ex.^a muitos anos

Madrid, 28 de Fevereiro de 1801

Ilustríssimo e Exm.^o Senhor Luís Pinto de Sousa Coutinho

P. S. Chegou o correio e vai partir hoje, 1.^o de Março, tendo-se-lhe concedido somente 24 horas.

D. José Maria de Sousa